

HABEAS CORPUS Nº 487.160 - GO (2018/0346919-0)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : SERGIO HENRIQUE DE QUEIROZ
ADVOGADO : SÉRGIO HENRIQUE DE QUEIROZ - GO026471
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : WELLINGTON PERES DA CUNHA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de WELLINGTON PERES DA CUNHA contra ato do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

No presente caso, o paciente foi preso em flagrante em 10/6/2018, por, supostamente, ter em depósito drogas ilícitas para traficância. A defesa impetrou *writ* na origem, que ainda estaria pendente de julgamento.

Alega excesso injustificado de prazo no julgamento do HC n. 5564709.46.2018.8.09.0000, considerando que outro réu, do mesmo processo, já teve seu remédio constitucional julgado na origem.

Requeru, liminarmente, que fosse relaxada a prisão preventiva do paciente ou que fosse determinada à 2ª Câmara Criminal do TJGO que julgasse imediatamente o *mandamus*.

Distribuídos os autos no período de recesso forense, o Exmo. Sr. Ministro João Otávio de Noronha, Presidente do STJ, indeferiu a pretensão sumária.

Informações prestadas.

O Ministério Público Federal opinou pela prejudicialidade do *writ*.

É o relatório.

Conforme mencionado pelo *Parquet* Federal no parecer ofertado (e-STJ fl. 460) e, em consulta realizada na página eletrônica do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, colheu-se a informação de que, em 31-01-2019, o HC nº 5564709.46.2018.8.09.0000, foi submetido a julgamento pelo Colegiado competente, circunstância que evidencia a perda do objeto do presente *writ*.

Ante o exposto, **julga-se prejudicado** o HABEAS CORPUS, com fulcro no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se e intimem-se.

Após ciência do Ministério Público Federal e o trânsito em julgado desta decisão, arquivem-se os autos.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator